

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Disputas simbólicas, desconstrução de subalternidades e sentidos de comunidade na periferia urbana de Florianópolis

Francisco Canella*

Resumo: O crescimento desordenado de Florianópolis e o aumento das desigualdades sociais e econômicas, desencadeando uma série de conflitos de interesses e disputas simbólicas entre os seus diferentes atores sociais. Movimentos sociais colocam em questão as representações da cidade como paraíso turístico, ao mesmo tempo em que questionam através de suas lutas a produção de subalternidades na cidade. Com base no acompanhamento das experiências de uma comunidade que surgiu do Movimento dos Sem-Teto no final da década de 1980, analiso tanto o processo de auto-organização do grupo de moradores como a construção de uma identidade coletiva consolidada em torno da categoria comunidade. Por meio de uma pesquisa de natureza etnográfica discuto como tal categoria foi sendo construída, que sentidos adquiriu em diferentes contextos e como a memória dos moradores rearticula no presente as experiências vivenciadas no passado.

Palavras-chaves: disputas simbólicas, comunidade, periferia urbana.

Abstract: Florianópolis city has seen an increase of its population since the last two decades. Such new dynamics brought a messy growth of this town as well as an increase of social and economic inequalities, bringing thus many interests conflicts and symbolic disputes among the social actors. So social movements question the representations of the city as a tourism paradise seen in expressions like “magic island” or in an idea of “champion capital of life quality”, while they question through their fights the production of subalternities in that city. Based on an accompanied experience of a community which arose from the Homeless Movement in the end of the 80s, I analyze the self-organization process of the inhabitants group as well as the construction of a collective identity consolidated around the community category. From an ethnographic research I argue how such category was being constructed, what sense acquired in different contexts and how the population memory rearticulates at the moment the past experience.

Key words: symbolic disputes, community, urban outskirts.

Das disputas simbólicas na cidade à comunidade

A comunidade enfocada neste trabalho surgiu no início dos anos 90, como resultado de um processo de lutas pelo solo urbano encaminhadas pelo Movimento dos Sem-Teto. As lutas que fizeram surgir a comunidade Nova Esperança ocorreram a partir dos anos

* * Mestre em Sociologia Política, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina -UDESC

80, quando Florianópolis passou a vivenciar um crescimento populacional bastante acentuado, com a absorção de novos moradores, vindos tanto do interior como de estados vizinhos.

O Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM) teve grande importância nesse contexto. Surgiu ligado à Cúria Metropolitana, e destinava-se inicialmente a prestar uma assistência caritativa aos migrantes. A participação de religiosos vinculados ao que passou a ser chamado de clero progressista foi, aos poucos, politizando as ações do CAPROM. Do abrigo e assistência ao migrante para a organização de ocupações, fazendo surgir o Movimento dos Sem-Teto, decorreram alguns anos. No entanto, quando surgiu, teve grande o impacto na vida da cidade, dentro daquilo que podemos considerar como um processo de disputas simbólicas na cidade¹.

O discurso que acompanhava o crescimento urbano, bastante presente na mídia local e ligado àqueles que tinham como projeto a metropolização da cidade², pretendia divulgar Florianópolis como um lugar tranquilo, com ares provincianos, ilha cercada por belas praias e com uma natureza exuberante. Assim, o ponto de partida dessa metropolização seria a “vocalização turística” da Ilha de Santa Catarina. Se a simples presença de migrantes pobres na cidade já denunciava a existência de uma outra realidade, em oposição a um discurso oficial, a ação organizada desses novos e indesejados moradores politizava a discussão sobre o futuro da cidade, prejudicando todo um projeto das elites locais.

Para esse projeto, era impossível a convivência com a exposição da pobreza, com a grande visibilidade da miséria. Localizada nessa região, próxima à Via Expressa (mas não nas suas margens, local considerado pelo próprio movimento como inadequado), as conquistas da Nova Esperança representavam uma vitória na disputa em torno dos significados que se pretendiam estabelecer na e sobre a cidade¹. O movimento conseguiu transferir alguns dos ocupantes das margens do asfalto para a área da Nova Esperança. Com isso, garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou aqueles setores que não desejavam sua presença em tal área da cidade.

Os sentidos de comunidade

¹ Sobre isso, ver o livro da antropóloga Márcia Fantin (2000), “A cidade dividida”.

² Márcia Fantin (2000, 17) identifica esse grupo de atores como sendo constituído “pelo empresariado da indústria do turismo e do comércio, administradores públicos e agentes políticos locais vinculados a partidos conservadores”.

O processo descrito acima corresponde ao que tenho cronologicamente delimitado como sendo o primeiro momento da ocupação, que seria o de *conquista da casa e organização da comunidade (1989 – 1995)*. A Nova Esperança passou a ser vista como caso emblemático do sucesso dos movimentos sociais urbanos em Florianópolis. Suas conquistas foram significativas: após um ano de ocupação de uma área pública, conseguiram que a prefeitura os removesse para uma outra área, onde puderam, com assessoria de técnicos da prefeitura, construir em regime de mutirão casas consideradas de boa qualidade em lotes de dimensões amplas para o padrão de habitação popular. Além disso, obtiveram infra-estrutura adequada em suas negociações com o poder público: calçamento, água e luz.

No período entre os anos de 1989 e 1992, estabeleci um contato mais direto com o movimento em razão da pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado. Mereceu destaque nas análises a frequência da “idéia de comunidade” no discurso das lideranças do movimento. Tal representação de comunidade abrigava alguns sentidos³. A partir de uma observação atenta tanto das entrevistas como dos múltiplos contatos cotidianos (conversas, reuniões), chegava a algumas conclusões sobre suas representações:

*“- a comunidade implicava na existência de um conjunto articulado de pessoas, discutindo e trabalhando unidas na organização dos moradores;
- a união que caracteriza a comunidade deve obedecer a um critério de democracia interna;
- revelavam um conteúdo de forte oposição e de negação com o Estado, percebido como um antagonista externo, contra quem organizavam as lutas e a quem dirigiam suas reivindicações;
- a negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, “que deveria criar formas autogestionárias de resolver os seus problemas para, deste modo, tornarem-se sujeitos efetivos do processo no qual estavam inseridos” (Canella, 1992: 94).*

Com relação ao último ponto, cabe ainda observar que essa negação deve ser entendida como um componente utópico, pois meio e finalidade. Isso pode ser percebido na seguinte fala de uma das assessoras do movimento:

“É porque a luta nunca pára, nunca vai acabar. Mesmo que a gente consiga o terreno, sempre vai ter coisa pra gente conseguir. Agora tem a creche... então sempre vai ter isto aí: tem creche, tem praça, tem um movimento aqui dentro da comunidade... tem alfabetização... Então, tudo isso aí que pode entrar, depende de uma luta que vai continuando, que vai crescendo...” (Canella, 1992: 91-2)

³ Márcia Leite (1999), em seu estudo sobre o bairro carioca do Grajaú, observa o quanto os bairros são construções sociais, remetendo à memória (ou os quadros sociais da memória, segundo Halbwachs) tais construções. A autora percebe como “o passado era contado a partir de alguns traços considerados expressivos na vida atual do bairro, numa reconstrução que valorizava elementos e personagens que representavam ou que poderiam estabelecer uma relação com o presente” (p.135-6) Seguindo essa linha de raciocínio, procuro no uso do termo *comunidade* encontrar essas reconstruções em seu diálogo com o tempo presente.

A análise feita na dissertação evidenciava o forte conteúdo político: predominava, naquele momento, o significado em torno do termo união, que era postulada no sentido da existência de objetivos comuns. O contexto favorecia o entendimento desse sentido político: a comunidade tem origem direta num movimento, com uma demanda pontual, que é o acesso à moradia.

A fala de uma das assessoras, figura-chave na interlocução com os sem-teto por ser freira, com larga experiência em trabalhos sociais e, o que é mais importante, muito bem aceita pelos moradores, reforça bastante este entendimento. Justificando o fato dos moradores, ainda em processo de negociação das áreas ocupadas, não terem constituído uma associação de moradores, afirma: “...é um período que eles têm de realmente se tornar comunidade, não é? Porque até ali é um grupo que se agrupou e cada um de um lado...” (Canella, 1992: 92). A comunidade é diferente de uma soma de pessoas. Seriam uma comunidade somente no momento em que tivessem uma união consolidada, que transcendesse o fato de simplesmente estarem morando na mesma área.

A união pode assim ser pensada em termos geográficos e espaciais. A união se dá pela proximidade, a comunidade coincidindo com um território. Nessa dimensão, aproxima-se muito do referente empírico do pesquisador. Em muitos casos, a topografia define uma área que irá receber nomes distintos. Por exemplo, quando um rio divide duas partes, temos dois territórios diferenciados. Ou, numa mesma rua, quando temos a “parte de cima” e a “parte de baixo”, temos agrupamentos se formando a partir de um limite dado pelo aspecto territorial. No caso da Nova Esperança, os limites ficaram bem explícitos, pela própria distribuição das casas no espaço.

Essa organização do espaço também parecia favorecer o fechamento da comunidade para dentro de si mesma. Havia um orgulho de pertencimento a sua própria comunidade, surgida de suas lutas. Eram 49 famílias que formavam uma *comunidade* e não uma *favela*. A percepção corrente entre aqueles que acompanharam os acontecimentos foi a de um movimento de sucesso, resultando numa comunidade que surgia com auto-estima elevada e com forte identidade.

O segundo momento é o que denomino como *desarticulação coletiva e privatização do cotidiano (1996 – 2002)*. Anos depois, em torno do ano 2000, reencontro a mencionada figura-chave do Movimento dos Sem-Teto, agora não mais religiosa, mas acadêmica de um curso da universidade onde lecionava. Após uma série de andanças, estava tentando retomar um trabalho comunitário na Nova Esperança. Junto com outra professora,

também ex-religiosa e com grande experiência em trabalhos sociais e em movimentos populares, estavam reerguendo um programa da universidade destinado à educação popular, o Entrelaços do Saber. A proposta era direcionar seus esforços para a comunidade Nova Esperança. Passei então a alocar horas em projetos de pesquisa e extensão que tinham como base a comunidade. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa dos moradores. Em lugar disso, deparávamo-nos com uma fragmentação dos moradores, uma associação que reproduzia aquele tipo de relação clientelista com políticos e com o poder público (inclusive se transformando em espaço para promoção de políticos que visavam se candidatar em eleições). Algo bastante distante daquele ideal comunitário sonhado uma década antes.

Com relação ao passado, o momento da ocupação e o ano em que passaram debaixo de lonas constituíam-se como uma forte referência para os moradores, uma espécie de passado mítico. Estabelecidos há bastante tempo em suas moradias definitivas, pareciam insatisfeitos: era comum entre os moradores que haviam participado da ocupação a menção a esse tempo como sendo um tempo muito difícil, mas que era melhor em razão da união e da solidariedade entre os moradores. Lembravam com saudade da época da ocupação. Havia uma espécie de entendimento consensual, já consolidado entre eles, de que aquele tempo, apesar das dificuldades, era melhor. Os vizinhos “se ajudavam”, Naquela situação limite, havia algo como um espírito de *communitas*⁴. Em contraposição ao sentimento de saudade com o tempo passado, as referências ao novo momento nada tinham de positivo. Era muito comum em conversas informais ouvir coisas do tipo: “hoje é cada um por si”, “se você cair duro na rua, não tem ninguém pra te ajudar”. Uma moradora antiga fazia a seguinte avaliação:

“A comunidade hoje está péssima. No começo nós éramos muito unidos, agora não vê mais reunião, não vê mais festa nenhuma, eu acho que a comunidade é cada um pra si mesmo. Era tão bom antes, porque tinha festa, a gente participava de encontro, a gente ia passear, agora oh”. (Dolzan, 2000, p.44)

O sentido que o termo comunidade adquiriu neste momento nada tem a ver com aquele antigo sentido político imprimido no contexto de mobilizações pela conquista da moradia e nos mutirões de construção das casas. Pelo contrário, em lugar da união, em lugar de objetivos comuns, prevalecia o conflito de interesses – “agora é cada um por si”, “é um passando por cima do outro”. Mesmo assim, reconhecem-se como comunidade, pois vivem juntos, estão próximos espacialmente e sofrem problemas comuns. Entre eles, a violência é

⁴ Aqui é possível fazer a relação dessas falas com as noções de *communitas* (em oposição à estrutura) e *liminaridade*, de Victor Turner (1974): há nos relatos dos moradores sobre a ocupação aqueles elementos que Turner identifica nos fenômenos liminares: “a mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem” (118).

um dos mais destacados. Diante de questões como a cobrança do IPTU pela prefeitura e o pagamento dos lotes, prevalecia uma lógica individualista. Os moradores mais antigos, que tinham participado da ocupação, eram aqueles que mais normalmente se referiam à necessidade de reorganizar a comunidade, reforçando a idéia de uma comunidade política que vinha do seu passado de lutas. No entanto, predominavam alternativas encaminhas no âmbito do privado.

Essa era a triste avaliação que fazíamos da situação da comunidade.

Explicitava-se um outro sentido para a representação de comunidade. O estar junto, nesse sentido, referia-se a algo comum em suas vidas, para além do político (independente de terem ou não objetivos comuns, coletivos): a dificuldade em pagar as contas, sofrer com a violência policial, enfrentar a criminalidade, em suma, vivenciar os mesmos problemas. Se “tornaram-se comunidade” ou não, o fato é que estavam juntos. Dizia respeito a condições de vida, a um cotidiano comum. É isso que permite usar o termo “a comunidade” mesmo quando ainda não alcançado (ou abandonado) o ideal de união em objetivos comuns. Tem também nessa representação um componente de vitimização, a comunidade é resultado de algo exterior, que determina as condições de vida comuns. Se o sentido político implicava em ação, em atividade, agora os “atores” não agem, são vítimas passivas. Esse foi o sentido que se fez mais presente no segundo momento de contato com a comunidade. Na época, fiz a seguinte avaliação:

“Talvez em razão de uma memória que remete ao passado todas as positivities, os moradores da Nova Esperança ao definirem o presente, o fazem re-significando a experiência de viver coletivamente, agora conferindo-lhe uma série de atributos negativos: o desemprego, a falta de união, a pobreza, a violência, as drogas. Se um passado os diferencia, o presente os iguala às outras comunidades empobrecidas.”
(Canella, 2000: 20)

Para além do político (de estar articulada em torno de objetivos comuns), ser uma comunidade implicava em vivenciar um cotidiano comum marcado por problemas e dificuldades. Tal é o sentido dominante nesse momento.

O prosseguimento das ações, após a perplexidade inicial, que acabou conduzindo a uma consolidação de uma nova prática, pautada por um outro entendimento da questão comunitária configura o que denomino aqui como sendo o terceiro momento, que designo como sendo o da *reorganização comunitária e projetos socioeducativos (2003 – 2006)*. As lideranças comunitárias passaram a atuar articuladas a professores e bolsistas da universidade

em projetos socioeducativos de caráter mais integrador e menos voltados para a contestação política.. O retorno à comunidade, que acontecia em torno de uma década depois da ocupação, impunha todo um novo conjunto de reflexões. Embora nunca tenha havido um debate explícito em torno do que se definia como “comunitário”, algumas escolhas práticas feitas pelos universitários em contato com algumas lideranças, podem aqui servir de base:

- assumia-se a necessidade de superação do isolamento (ou do “fechamento da comunidade sobre si mesma”, como nos referimos anteriormente);

- a contrapartida era estimular o contato com a cidade, buscando com isso formas de superar a segregação, ou de “desconstruir as subalternidades” (a partir do referencial teórico que passou a se constituir como hegemônico dentro do grupo);

- outra contrapartida era a busca de articulação com outros atores: inicialmente, institucionais, na forma de parcerias com órgãos estatais ou organizações do terceiro setor, mas também com o movimento comunitário.

A desconstrução de subalternidades, o discurso que articulava o grupo em torno de uma prática comum, pode ser entendida como o compromisso ético-político-epistemológico com a superação das desigualdades que criam hierarquias e relações de submissão em diferentes níveis da vida social⁵.

O comunitário passou a ser recolocado por aqueles envolvidos no Programa, sendo então o local, a comunidade, percebido como uma “prisão”. Isso tem a ver com o confronto com a realidade e algumas situações específicas que nos eram colocadas. De um lado, a falência (ou, no mínimo, uma percepção menos otimista) de um projeto emancipador que tivesse como base a comunidade política (no sentido anteriormente exposto), pensando-a como unidade autônoma. De outro, a situação de violência, em razão da criminalidade, conduzia a uma necessidade de superação das situações locais, uma espécie de “buscar fora” dos limites da comunidade (leia-se aqui, das “limitações” locais) novas alternativas, especialmente para os mais jovens, principais vítimas do problema.

Algumas situações consolidavam esse novo entendimento. Bolsistas que acompanhavam os jovens em saídas para esportes radicais, como escola de surf, relatavam que esses apresentavam um comportamento hostil a outros jovens de outras regiões. “Fosse lá na nossa área... ah!”, comentavam com frequência em tom ameaçador. A “área” era o ponto de ancoragem no mar de inseguranças que era o contato com o novo (novos lugares, novas situações, novas pessoas). Os jovens não se referiam ao termo comunidade, empregavam o

⁵ Com base nessa noção, a professora Nadir E. Azibeiro, ativa participante do Programa Entrelaços do Saber, desenvolveu sua tese de doutorado enfocando as experiências de educação popular junto aos moradores da Nova Esperança. (Azibeiro, 2006).

termo “área”. A área é algo mais amplo que os limites oficiais do que constitui a “comunidade”. Envolve a parte em que se circula com segurança, na qual se tem domínio. Tal emprego do termo, muito comum nessa segunda geração da comunidade, é bastante freqüente e normalmente vem associado à descrição de situações de violência, envolvendo a disputa entre gangues de diferentes “áreas”.

A reação do projeto foi estimular a circulação dos jovens por outros espaços: ir à universidade, participar de reuniões e atividades em outros bairros, freqüentar praias e outros locais de lazer, trabalhar no centro da cidade. Com isso, transcendem-se os limites do local, fazendo com que a comunidade deixe de se restringir a essa dimensão. A abertura da comunidade ocorre também no sentido mais estritamente político, com os moradores intervindo em espaços fora da comunidade. Por exemplo, alguns representantes da comunidade começam a participar das reuniões do Conselho de Associações do Monte Cristo (CAMOCRIS) e também indicam representantes para o Conselho de Saúde da região.

Assim, a partir de práticas orientadas pela questão da desconstrução de subalternidades, o escopo das ações amplia-se, proporcionando maiores oportunidades de articulação com outros setores da sociedade. A noção de comunidade deixa de significar fechamento, passando a significar um ponto de partida para ações que buscam a conexão com outros espaços e instituições da sociedade.

Consideração Final

Se, num primeiro momento, foi com base na noção de comunidade que se constituíram identidades e consolidaram práticas que fizeram emergir novas sociabilidades, proporcionando uma coesão de movimento social, no momento seguinte a dimensão local sobre a qual se construía a noção de comunidade passou a significar o aprisionamento e a definir um lugar subalterno na cidade. Assim, a reavaliação da noção de comunidade, não no sentido teórico e acadêmico, mas a partir de iniciativas que têm como ponto de partida a prática cotidiana nos diferentes espaços da Nova Esperança, tem sido fundamental na construção coletiva de uma possibilidade para o futuro dos moradores.

Referências bibliográficas

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia: limiar da formação de educador@s**. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CANELLA, Francisco. Novas e velhas esperanças de uma comunidade em Florianópolis. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, n.º38, p.18–22, set-dez.2000.

_____. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

DOLZAN, Janiane Cinara **Caminhos/Imaginário/Conquistas**. O Movimento Sem Teto e a Comunidade Nova Esperança. Florianópolis, Trabalho de Conclusão do Curso de História, FAED/ Universidade do Estado de Santa Catarina, 2000.

FANTIN, Márcia. **A cidade dividida**. Florianópolis, Cidade Futura, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. “*Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens*”, **Cadernos MetrÓpole**, Desigualdade e governança, no 5, 1999.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis – RJ, Vozes, 1974.